O JUDICIÁRIO

JORNAL MENSAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS CATARINENSES • ANO VI - Nº 60 - JUNHO DE 2011 • WWW.AMC.ORG.BR

Foto: Fabrício Severino

Perfil: *O Judiciário* conta a história do juiz Urbano Salles

Páginas 8 e 9

ESMESC discute formação humanística para futuros juízes

Páginas 10

Foto: Bárbara Nunes

PROTEÇÃO

Estrela de Isabel é lançada em Itajaí

Página 4

MELHORIAS

Sede balneária passa por reforma

Página 12

DEBATE

Evento vai reunir magistrados e deputados

Página 13

INTEGRAÇÃO

AMC promove encontro com aposentados

Páginas 5

Ciclo debate aumento de ações que pleiteiam medicamentos

Foto: Bárbara Nunes

Evento, realizado em Florianópolis, teve como objetivo reunir representantes de órgãos públicos que atuam na área da saúde e procuradorias jurídicas

Atento ao aumento de demandas judiciais que pleiteiam o fornecimento de medicamentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e preocupados com um dos principais direitos fundamentais dos cidadãos: a saúde, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criou em novembro de 2010 o Fórum Nacional da Saúde para discutir sobre os recursos jurídicos referentes à questão dos medicamentos excepcionais e tratamentos de alto custo. O primeiro ciclo de debates foi realizado este ano, no dia 29 de abril, no auditório da AMC.

Página 6

Editorial

DEMOCRATIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

Engana-se quem pensa estar "adormecida" a luta para conceder aos magistrados de primeiro grau o direito de voto para escolha de dirigentes dos tribunais de Justiça dos estados. Esta foi e continua sendo uma das principais bandeiras da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), no processo de construção de um Poder Judiciário efetivamente democrático.

Não há mais que se debater, junto às coordenadorias da AMC, esse que é, indubitavelmente, um dos maiores anseios da magistratura de todo o país, justamente pelo posicionamento amplamente majoritário da classe. O trabalho, por ora, é eminentemente político, ou seja, de mobilização permanente, vez que tramita na Câmara dos Deputados a PEC 526/10, que trata da referida eleição direta. E nesse aspecto, a AMC tem-se mantido vigilante, acompanhando passo a passo a movimentação no Parlamento Federal, bem como tem realizado, sempre que oportuno e possível, o contato direto com os parlamentares, destacando os benefícios que a implementação de tal regra trará não só para a magistratura, mas também aos próprios jurisdicionados. Atualmente, a PEC 526/10 encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, onde aguarda a designação do relator da matéria.

A bem da verdade, a participação de juízes de primeira entrância no processo eletivo dos tribunais de Justiça representará, quando implantado, um divisor de águas para a Justiça brasileira. Haverá, certamente, uma maior aproximação entre os membros do primeiro e do segundo grau do Poder; as decisões da cúpula estarão cada vez mais vinculadas aos anseios da classe, mormente no que tange às melhorias das condições de trabalho dos magistrados e servidores, o que, conseqüentemente, vai se refletir em melhores serviços à população. Assente-se que, no que tange ao TJSC, o relacionamento tem sido cordial e recíproco em relação a tal participação e, aliás, já vem ocorrendo. Ressalte-se, porém, que o objetivo para tal mudança é unicamente o de incluir todos os magistrados no processo de democracia participativa, contribuindo, assim, na formulação de políticas que visem aperfeiçoar ainda mais as gestões administrativas do Poder Judiciário.

> ***"O objetivo é incluir todos os magistrados no processo de democracia participativa, contribuindo, assim, na formulação de políticas que visem aperfeiçoar ainda mais as gestões administrativas do Poder Judiciário."***

Não se trata, portanto, de lutar para que simplesmente os nossos juízes tenham direito ao voto. A implantação de uma cultura democrática para a magistratura só tem sentido se for para proporcionar melhoria do serviço jurisdicional, fazendo valer a atuação do Poder Judiciário no Brasil.

Pelo seu protagonismo no mundo contemporâneo, onde cada vez mais se tem reclamado a presença do Judiciário para dirimir os conflitos que surgem diariamente no seio social, o que tem sido feito, diga-se de passagem, com responsabilidade, altivez e independência, a Justiça brasileira não pode deixar de dar esse passo à frente. Não há razão para concebermos um Poder Judiciário, em princípio, antidemocrático em sua própria estrutura, quando é ele, justamente ele, o principal garantidor das liberdades individuais e coletivas, e da própria democracia em nosso país. Destarte, a Justiça que se quer forte precisa, antes de tudo, ultrapassar eventual conservadorismo daqueles que temem a politização do Judiciário, como se ela fosse um mal em si mesma. Pela qualidade de seus quadros, a magistratura não corre o risco de se ver contaminada pela "politicagem". Quer ela, tão somente, o direito de exercer, internamente, a sua cidadania...

Memória

Foto: Arquivo AMC

Os magistrados Valci Mello, Ernani Palma Ribeiro, Hélio Mosimann, Nauro Collaço, Wladimir D'Ivanenko e José Bonifácio, no lançamento do livro "Notas para a História do Poder Judiciário em SC", de João Alfredo Medeiros Vieira, em novembro de 1981

Errata

Diferentemente do que publicamos na última edição do jornal O Judiciário (Coluna Alma Feminina), na matéria sobre a comemoração ao Dia das Mães, realizada no hotel Deville, no dia 30 de abril, a juíza Andrea Cristina Studer é diretora do Departamento Social; a juíza Hildemar Meneguzzi é diretora adjunta do Núcleo da Mulher; e a senhora Elizabeth Gomes Matos é diretora do Departamento de Pensionistas da AMC.

AMC Associação dos Magistrados Catarinenses 50 anos

Rua dos Bambus, 116 - Itacorubi,
Florianópolis/SC. CEP: 88034-570
Telefone: (48) 3231.3006
www.amc.org.br | imprensa@amc.org.br

Diretoria Executiva

Presidente - juiz Paulo Ricardo Bruschi
1º vice-pres. - juiz Sérgio Luiz Junkes
2º vice-pres. - juiz Irio Grolli

Sec. Geral - juiz Jefferson Zanini
1º sec. - des. subst. Túlio José Moura Pinheiro

Tesoureiro - des. José Antônio Torres Marques
1º Tes. - juiz Luiz Antonio Zanini Fornerolli

O JUDICIÁRIO
Ano V, nº 55 - Dezembro/2010

Tiragem: 3 mil exemplares

Impressão: Gráfica Rio Sul

Distribuição Gratuita

Jornalista responsável
Fabrício Severino/ SC01061-JP

Produção e Edição
Fabrício Severino e Bárbara Nunes

Colaboração
Assessoria de imprensa do TJ/SC, AMB e Conjur

Projeto gráfico
Amanda Mariano

Diagramação
Bárbara Nunes

TRABALHO E VIDA

***JOÃO B. HERKENHOFF**

A obrigação de escrever para jornal, na batida do martelo, oferece uma grande dificuldade, que é a escolha do tema.

Primeira inspiração que tive desta vez foi expressar que estou saturado de burocracia. Comecei estimando a carga de burocracia que tive de aguentar no decurso da existência: a) reconhecimento de firmas e xerox de documentos, em cartório - 1.400; b) prova de que eu sou eu, não sou outro - 300; c) prova de que estou vivo (felizmente estou vivo), não estou morto - 400; d) prova de que tenho idoneidade moral e não respondo a processo criminal - 250; e) prova de residência - 500; f) prova de que sou casado e brasileiro - 200; g) prova de que nada devo ao fisco - 800; h) prova de que não sofro de moléstia contagiosa e de que sou vacinado - 150; i) prova de inscrição na OAB - 100; j) prova de que, depois de tanta burocracia, ainda sou capaz de pensar e escrever, ou seja, não fiquei maluco (esta prova ainda não foi exigida mas, por segurança, arrolei).

Depois de reviver os percalços do labirinto burocrático, fiquei cansado e decidi transferir a redação do artigo para o dia seguinte. Mas no dia seguinte, sábado passado, avaliei que o artigo não ficaria bom. Tinha de partir para outro.

Algumas vezes tenho me valido de datas comemorativas, ou de fatos acontecidos nas proximidades do artigo, para comparecer com meu texto. Essa colaboração, a que estou me referindo, apareceria entre o Dia do Trabalho e o Dia das Mães. Na ausência de fato, a meu juízo, merecedor de interesse público, na segunda quinzena de abril, Trabalho e Maternidade, temas bonitos, eram as balizas que estavam colocadas. Cumpria levar avante a tarefa.

Como iria exaltar o trabalho?

Meditei que a erradicação da pobreza e da marginalização, como previsto na Constituição, é objetivo prioritário dentro de um projeto de Brasil orientado por uma política humanista. Refleti que a Constituição não será cumprida se não se realizarem as condições do humanismo existencial. Como esse humanismo pode presidir nossos destinos? Será indispensável garantir trabalho para todos os brasileiros, fazer do "direito ao emprego" o fundamento da organização social. E mais: assegurar aos trabalhadores os direitos que lhes pertencem, por imposição constitucional e ética.

Esses parágrafos esgotavam o primeiro item do projeto de artigo.

Agora teria de enfrentar a parte mais delicada do texto: a exaltação da Maternidade.

A mãe é a sede da vida, seja da vida biológica (mãe sanguinea), seja da vida espiritual e afetiva (mãe adotiva).

Exaltar a maternidade é antes de tudo exaltar a vida. É reconhecer, não apenas o direito de nascer, mas também o de viver em plenitude. É proclamar o direito à vida nas mais diversas circunstâncias. Tem valor a vida do que está prestes a se apagar. Vale infinitamente esse pouco de vida porque a vida vale infinitamente. Vale a vida de quem, na aparência, não integraria a sinfonia do Cosmos, atingido por doença que estabeleça uma ruptura de diálogo com o mundo. Vale essa vida como desafio para que com ela nos encontremos.

Em reverência à vida, não podemos concordar com a fome, as exclusões, os holocaustos nacionais ou raciais, o armamentismo, a guerra, a violência em todas as suas formas, a pena de morte.

Puxa vida. Raciocinando sobre o artigo que escreveria, não é que acabei escrevendo o artigo…

***JUIZ DE DIREITO APOSENTADO**

LEI SÓ GARANTE PRAZO DE 90 DIAS APÓS A COMPRA

***ARTHUR ROLLO**

Todo produto comercializado no mercado de consumo, ainda que usado, tem, no mínimo, garantia de noventa dias, que corresponde à garantia legal. Em relação aos produtos novos, os fabricantes costumam oferecer prazos de garantia mais elásticos. Algumas montadoras de veículos anunciam prazos de garantia de até seis anos.

O consumidor deve desconfiar de prazos de garantia muito longos, tendo em vista que os próprios manuais dos produtos costumam excepcionar uma série de circunstâncias, dentre as quais o mau uso e o desgaste natural de peças.

Em produtos com prazos de garantia menores já é difícil de exercer esse direito, porque os fabricantes, em geral, estão preocupados em produzir peças para os produtos e não em produzir peças de reposição. Temos visto casos de consumidores que adquirem produtos novos que apresentam problemas, televisores e veículos, por exemplo, e ficam por longos períodos sem eles pela falta de peças de reposição.

O consumidor, diante do vício do produto, deve encaminhá-lo à assistência técnica exigindo o comprovante. A partir dessa reclamação o fornecedor terá o prazo máximo de trinta dias para resolver o problema. Se isso não ocorrer, poderá o consumidor optar pelo desfazimento do negócio, pela substituição do produto por outro em perfeitas condições e, em alguns casos, pelo abatimento proporcional do preço.

Se o fabricante não oferece peças de reposição no mercado, as consequências dessa falha são de sua exclusiva responsabilidade, porque o Código de Defesa do Consumidor obriga a disponibilidade de peças de reposição enquanto não cessar a fabricação do produto.

A nosso ver, os anúncios de prazos de garantia muito extensos são enganosos, porque a partir de um certo tempo de vida útil do produto fica muito fácil para o fabricante dizer que a garantia não se aplica porque o produto foi mal utilizado ou, ainda, porque a peça teve desgaste natural. Dependendo da frequência de uso, o produto vai ter mesmo um desgaste natural não coberto pela garantia do fabricante.

A mensagem publicitária obviamente só vai ressaltar as qualidades do produto e não os problemas que os consumidores certamente terão ao tentar exercer o prazo de garantia. Verifica-se que os fabricantes diminuíram os seus controles de qualidade e, cada vez mais, os consumidores estão insatisfeitos.

Cada vez mais também os consumidores encontram dificuldades para exercer o seu direito de garantia. Ou as peças não estão disponíveis ou existe a alegação de mau uso, que, necessariamente, deverá ser comprovada pelo fornecedor.

Não existe produto eterno. Por mais duráveis que sejam, com o tempo, os produtos deixam de ser úteis. Os consumidores devem desconfiar de prazos de garantia muito longos porque fatalmente quando do seu exercício haverá muitas dificuldades. A melhor opção é pela qualidade, tendo em vista que produtos de qualidade costumam funcionar perfeitamente muito além do prazo de garantia oferecido pelo fabricante.

***ADVOGADO**

Juíza da comarca de Itajaí lança projeto contra violência doméstica

Idealizado pela magistrada Sônia Maria Mazzetto Moroso, a organização Estrela de Isabel já iniciou atendimento na região

Com a presença das principais autoridades e representantes da sociedade civil organizada do município de Itajaí, foi lançada, no último dia 13 de maio, a organização Estrela de Isabel, entidade que terá como foco o atendimento às vitimas de violência doméstica e familiar. O evento contou com a participação de mais de 200 convidados, que foram recepcionados no clube Itamirim, em Itajaí.

Idealizada pela juíza da 1ª Vara Criminal da Comarca de Itajaí, Sônia Maria Mazzetto Moroso, o projeto nasce para preencher uma lacuna no que tange à criação de políticas públicas para atendimento dessa demanda, que é cada vez mais crescente no Brasil. O prefeito da cidade, Jandir Belini, parabenizou a magistrada pela iniciativa e garantiu total apoio ao projeto. "É um momento muito importante para Itajaí e região, sobretudo porque envolve toda a sociedade na busca por igualdade e direitos", salientou.

De acordo com a magistrada, o primeiro passo já foi dado com a fundação da organização Estrela de Isabel, que já está atendendo, através de técnicos habilitados. "Programas de prevenção e conscientização também estão sendo elaborados para que a sociedade possa participar dos nossos projetos, incluindo o de tratamento de saúde com amparo social para os doentes da dependência química." explica Sonia Moroso.

Um dos oradores da noite, o vereador Dão Koeddermann ressaltou a importância do engajamento de toda a sociedade para a manutenção da entidade. "Nesta noite, tudo está muito bonito e maravilhoso. Mas é preciso que esta idéia tenha continuidade. Por isso todos devem colaborar, inclusive com recursos para que este belíssimo projeto atinja os seus objetivos", disse.

O deputado estadual Dado Cherem, por sua vez, elogiou a iniciativa e ressaltou que o mais angustiante do homem público é se sentir impotente no trato dos desajustes sociais. "Temos que apoiar quando surge alguém com a disposição de trabalhar para oferecer conforto, atendimento e conscientização para prevenir as ações", assinalou.

Também fizeram uso da palavra e enalteceram a criação da entidade o presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí, Luiz Carlos Pissetti, o deputado federal João Pizzolatti e o secretário de Desenvolvimento Regional de Itajaí, Fabrício de Oliveira. O Poder Judiciário esteve representado pelo diretor do Fórum de Itajaí, juiz José Agenor de Aragão, e pelo juiz Alexandre Karazawa Takaschima (que no ato representou o Tribunal de Justiça de Santa Catarina). A presidente da organização Estrela de Isabel, Rosilene Figueiredo de Liz também se manifestou, destacando a importância do trabalho da entidade no atendimento às vítimas de violência doméstica. "Todo atendimento estará baseado no acolhimento integral às vítimas, no seu sentido mais amplo, permitindo que ela (a vítima) fale de sua dor, do seu sofrimento. Entendemos que o ato de abrir o seu coração, desabafar, acaba também colaborando para que esta vítima se recupere mais rapidamente e possa voltar a viver com dignidade", esclarece.

A organização Estrela de Isabel tem como uma de suas finalidades promover ações em diversas áreas visando prevenir e tratar as vítimas de violência doméstica e familiar, independentemente se for mulher ou homem. O conflito familiar será diagnosticado e haverá o devido encaminhamento para a solução do problema, primando sempre pela harmonização da entidade familiar e nunca sua dissolução. Essa hipótese somente será analisada se não houver mais vínculo afetivo.

Em seu discurso, a juíza Sônia Moroso reforçou que a entidade tem também entre os seus objetivos o resgate dos princípios e valores da afetividade humana, primando, sempre, pela harmonização da família. "Buscamos fazer o bem, criar uma corrente positiva, de amor, que não pode ser rompida", frisou. Ao falar do significado do nome da entidade – Estrela de Isabel, numa referência à princesa que participou ativamente no processo de libertação dos escravos no Brasil -, a magistrada elencou as dificuldades enfrentadas nos dias de hoje por muitas mulheres para se libertarem das amarras existentes no próprio lar. "Ainda hoje as amarras da opressão continuam imperando em muitos lares. Nosso papel é continuar essa luta, que começou com Isabel, pela libertação. Se importar com o outro é reunir forças para levantar quem está caído. E se importar com o outro é o que a Estrela de Isabel vai fazer. Pois cada vez que se ajuda alguém, nós ajudamos a nós mesmos. Entendo que essa tarefa não é obrigação do Poder Judiciário, mas é dever moral de todos", sublinhou. Ao final, Sônia Moroso fez uma saudação especial a sua companheira, Lilian, que lhe motivou e lhe deu forças para seguir adiante com o projeto. "Temos o que nunca nos faltou: coragem para vencer o preconceito", disse.

Ao final, foi apresentada a primeira diretoria da entidade e, após, houve a exibição de um vídeo sobre o projeto, seguido de um jantar servido aos participantes.

Os integrantes dessa OSCIP trabalharão gratuitamente e a "Estrela de Isabel" não possui nenhuma finalidade lucrativa financeira. Toda arrecadação da organização mediante o exercício de suas atividades será aplicada integralmente na consecução do seu objetivo social.

Significado do nome

ESTRELA - Constitui-se em estrela de cinco pontas, com significado especifico. Cada ponta representa uma conduta humana como: dignidade, amor, paz, fé, respeito, tudo em função da vida.

ISABEL - Homenagem à Dona Isabel, Princesa Imperial do Brasil, a qual libertou os escravos, através da Lei Áurea (Lei Imperial n.º 3.353), sancionada em 13 de maio de 1888, sendo precedida pela lei n.º 2.040 (Lei do Ventre Livre), de 28 de setembro de 1871, que libertou todas as crianças nascidas de pais escravos.

O programa iniciou no dia 03 de maio o atendimento ao público externo, das 14:00 às 18:00 horas, de segunda a quinta, no prédio do Fórum, situado na rua Uruguai, n. 222 sala n.210 – 2º andar – fone: (47) 3341-9480.

Fotos: Fabrício Severino

Juíza Sônia Moroso explica para imprensa os objetivos do projeto

Autoridades prestigiaram em peso evento realizado no clube Itamirim

Entidade será presidida pela senhora Rosilene Figueiredo de Liz

Associação promove encontro com os magistrados aposentados catarinenses

Almoço de confraternização serviu para fomentar debates sobre assuntos de interesse da classe e estreitar relacionamentos

A Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) promoveu, no dia 4 de junho, na sede balneária da entidade, um almoço de confraternização com os magistrados aposentados. Na ocasião, o presidente em exercício, juiz Sérgio Luiz Junkes, repassou aos presentes temas de interesse da classe.

O magistrado informou acerca da recomposição dos subsídios; andamento da PEC que trata do retorno do Adicional por Tempo de Serviço (ATS); projeto de lei sobre a isenção da contribuição previdenciária para os inativos; auxílio-saúde, cujo pedido já foi feito pela AMC ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC); plano odontológico Uniodonto; e as tratativas para a implementação da redução para 5% da diferença de percentual entre as entrâncias. "Foi um encontro muito importante, que serviu para conhecer melhor os anseios dos nossos associados aposentados. Mas, mais do que isso, este evento proporcionou um momento ímpar para confraternizarmos com os colegas que hoje se encontram na inatividade e que muito contribuíram para o engrandecimento do Poder Judiciário de Santa Catarina", destacou o juiz Sérgio Junkes.

O desembargador aposentado Aloísio Blasi foi um dos que saudou a iniciativa da AMC, a qual serviu para aproximar e fortalecer o relacionamento entre os associados. Fez questão, porém, de sugerir uma maior integração entre os colegas inativos, o que poderia ser feito dinamizando ainda mais o núcleo responsável por tratar especialmente dos assuntos de interesse dos aposentados. Segundo o diretor do Departamento de Aposentados da AMC, juiz Antônio Carlos Bottan, o evento representou o cumprimento de uma das principais metas da atual gestão, qual seja, de promover a aproximação dos magistrados inativos com a entidade. "Foi uma excelente oportunidade para encontramos colegas que há anos não víamos. É muito importante este tipo de evento, justamente por promover o congraçamento da classe", sublinhou. Durante o encontro, o juiz Bottan ouviu os principais anseios dos colegas e se comprometeu a avaliá-los com a devida atenção. Sobre os planos na área da saúde, Bottan teceu críticas à Unimed e, em contrapartida, elogiou o atendimento prestado pela Uniodonto.

Segundo o magistrado, o Departamento de Aposentados estuda oferecer alguns cursos direcionados aos magistrados inativos, entre eles, de computação e línguas estrangeiras, bem como programa algumas viagens para destinos turísticos no ano que vem. O próximo encontro de magistrados aposentados será em Balneário Camboriú, em data a ser definida.

Participantes

Alcides dos Santos Aguiar
Aluízio Blasi
Anselmo Cerello
Antônio Carlos Bottan
Cesar Struchiner Costa
Edmundo de Carvalho
Emery Valentim
Fernando Olavo S. Thiago
Francisco Xavier Medeiros Vieira
Ivo Sell
João José Mauricio d'Ávila
Lauvir Marcarini da Costa
Milton Cunha
Nelson de Souza Infeld
Paulo Tzelikis
Rui Aguiar
Sérgio Luiz Junkes

Fotos: Divulgação

Capital catarinense sedia ciclo de debates sobre judicialização da Saúde

Projetos bem sucedidos, já desenvolvidos em outras comarcas do Estado, são apresentados durante encontro em Florianópolis

Fotos: Bárbara Nunes

Juiz Sílvio Dagoberto Orsatto, de Lages, coordena os trabalhos

Atento ao aumento de demandas judiciais que pleiteiam o fornecimento de medicamentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e preocupado com um dos principais direitos fundamentais dos cidadãos: a saúde, onde Estado brasileiro deve fazer o possível para efetivá-lo, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criou, em novembro de 2010, o Fórum Nacional da Saúde para discutir sobre os recursos jurídicos referentes à questão dos medicamentos excepcionais e tratamentos de alto custo. O primeiro ciclo de debates foi realizado este ano, no dia 29 de abril, no auditório da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC).

As ações, intentadas perante à Justiça Federal e na Justiça Estadual, revelam diversidade de autores (individuais e institucionais), multiplicidade de prestações requeridas (medicamentos e tratamentos) e distintas modalidades de proteção judicial (tutela individual e coletiva). De acordo com o juiz e coordenador do Comitê Executivo Estadual, Sílvio Dagoberto Orsatto, o trabalho está em fase de planejamento estratégico e a idéia desse primeiro ciclo é reunir os órgão públicos que prestam serviço de assistência à saúde e as respectivas procuradorias jurídicas para que assim seja possível identificar um plano de trabalho que, ao disseminar essas práticas – inclusive no âmbito do interior do Estado -, possa haver o encaminhamento perante às instituições que integram os comitês que congregam tais entidades, da área de saúde, e os respectivos membros da área jurídica.

A juíza federal Janaína Cassol Machado apresentou, durante o ciclo, o projeto desenvolvido por ela em Florianópolis, onde o ponto principal é a conciliação e que, conseguiu congregar os diversos entes federativos do Município e também do Estado. "A conciliação é o caminho mais adequado para que as políticas públicas de saúde aconteçam, por respeito aos orçamentos, a cada esfera do Governo e a cada esfera de gestão específica do SUS. O que temos feito na Justiça Federal, com a participação da União, do Estado de Santa Catarina e dos Municípios – onde os mais presentes são: Florianópolis, São José e Palhoça -, foi fruto de um volume muito alto de ações e também de uma angústia particular minha de não conseguir ver uma solução adequada, por ser questão de saúde e por discordar da perícia antes da antecipação de tutela", explicou.

Além da prática bem sucedida desenvolvida pela juíza Janaína Cassol, este primeiro encontro apresentou também o trabalho que vem sendo realizado na comarca de Lages, na qual se desenvolveram diversas iniciativas capitaneadas pela Vara da Fazenda, com apoio do Consórcio Intermunicipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde, onde ações se estruturaram com o estabelecimento de um "protocolo de atendimento" firmado com 24 municípios - por seus prefeitos e secretários de saúde – onde propõe a realização de perícias por meio de uma pessoa jurídica, acelerando o processo, possibilitando encaminhamentos pré-processuais e monitoramentos das demandas.

"A conciliação é o caminho mais adequado para que as políticas públicas de saúde aconteçam, por respeito aos orçamentos, a cada esfera do Governo e a cada esfera de gestão específica do SUS (...)"
Juíza Federal Janaína Cassol.

"Espero que nós consigamos tirar alguma conclusão do evento de hoje para que possamos então trabalhar nas políticas que trazem as alternativas para a resolução dos programas que a gente tem na área da saúde."
Enfermeira Mariana Machado.

Hoje, a Secretaria busca se articular para voltar a reestruturar um setor nos moldes do Núcleo de Atendimento das Ações Judiciais (NAAJ), inclusive com mais profissionais, sendo que de 2007 a 2010, o NAAJ, juntamente com a Secretaria de Estado da Saúde, formava um significativo trabalho de auxílio a essas demandas. A ação é apoiada pela Procuradoria Geral do Estado e pelo Comitê Executivo Estadual recém instalado em Santa Catarina.

O Fórum Nacional da Saúde foi criado pelo CNJ em 2010 e a partir de então, Comitês Estaduais foram criados para que as políticas públicas fossem articuladas oportunizando que boas práticas já implementadas em Santa Catarina pudessem ser disseminadas. Nesse primeiro momento, na fase do planejamento estratégico, há a intenção de organizar reuniões com os órgãos públicos que prestam serviço de assistência a saúde e as respectivas procuradorias jurídicas. O trabalho conta com a participação da Advocacia Geral, da Defensoria Pública Federal, da OAB, Ministério Público, Secretaria Municipal de Florianópolis da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde.

Entrevista – Juiz Sílvio Dagoberto Orsatto

O Judiciário - Qual o objetivo do evento "Judicialização da Saúde"?
Sílvio Dagoberto Orsatto - Encontrar meios para disponibilizar apoio técnico-operacional aos magistrados no exame das ações judiciais que tenham por objeto prestação de entrega de medicamentos ou tratamentos terapêuticos com a finalidade de promover uma convergência da decisão judicial com a melhoria do sistema público de saúde.

OJ - Quais as principais discrepâncias encontradas envolvendo esses pedidos de medicamentos pela via judicial?
SDO - Desconhecimento dos protocolos editados pelo Ministério da Saúde; fármacos disponibilizados na farmácia básica; prescrição pelo nome comercial do medicamento; solicitação de medicamentos ou tratamentos não aprovados ou não regulamentados pela ANVISA; etc.

OJ - Nesta área da saúde, o problema é de gestão ou há realmente falta de recursos para atender toda a demanda?
SDO - Há um grave problema de gestão no sistema público que acarreta um sem número de ações judiciais que se caracterizam pelo fenômeno da Judicialização da Saúde. Porém, muitos profissionais da área da saúde não entendem o papel do SUS, inclusive gestores. Aliás, o Sistema deveria ser administrado por pessoas com formação em gestão da saúde pública. Por outro lado, faltam recursos financeiros e a tripartição de competências não equaciona os serviços de saúde por faltar um ajuste corretivo no sistema.

OJ - De que forma a Justiça pode contribuir para otimizar esse processo, garantindo que o próprio paciente não fique sem o medicamento?
SDO - O Poder Judiciário Estadual e Federal tem reagido com bastante sensibilidade para o enfrentamento do problema da saúde pública no Brasil. Com a intervenção judicial muitos programas de saúde passaram a ter maior efetividade e milhares de usuários do Sistema obtiveram medicamentos indispensáveis ao tratamento terapêutico para combater a doença. Não obstante, o problema somente será equacionado com uma maior participação de magistrados e membros do Ministério Público interagindo com os gestores do sistema público para melhor compreender a realidade social e pública e, em conjunto, delineando ações estratégicas. Apenas para recordar, os países do primeiro mundo possuem graves problemas na saúde pública, ou seja, os culpados no Brasil não são os políticos. Talvez até tenham a sua parcela de culpa, mas não podemos ser reducionistas e simplistas. Não dá mais para ter apenas discurso ou achar que a caneta tem tinta suficiente para resolver o problema.

Instituto Paternidade Responsável leva educação sexual para as escolas

Estudantes de biomedicina e enfermagem realizam, através do Instituto, a primeira etapa do trabalho sobre sexualidade

Divulgação

Proposta lançada em Lages integra projeto "Justiça vai à escola"

No dia 12 de maio foi finalizada a primeira etapa do trabalho sobre sexualidade que os acadêmicos de Biomedicina, Geison William Ezequiel e Paulo Henrique Extterchotter Weiss e a acadêmica de enfermagem Caroline Magno, através do Instituto Paternidade Responsável, tem realizado nas escolas públicas de Lages.

O trabalho foi iniciado no dia 18 de março com uma palestra de abertura da coordenadora de projetos Rita Lang, que desde 2007, através do projeto "À justiça vai a escola", vem trabalhando a prevenção social e a conscientização, combinada com uma dose de ludicidade do Teatro de fantoches do instituto, "Paternidade e Drogas não combinam".

Para Paulo Henrique Extterchotter Weiss "A importância do trabalho de educação sexual na escola com base na proposta curricular de Santa Catarina 1998, se dá pelo fato de que a sexualidade no ambiente escolar não esta apenas desenhada nas portas de banheiros, muros e paredes, ela é trazida e expressada na escola pelas atitudes dos alunos em sala de aula e na convivência social entre eles, isso faz com que a escola torne-se um espaço ideal para a discussão e a reflexão desta temática", comentou.

Na EMEB Santa Helena foram aproximadamente 100 alunos distribuídos em quatro turmas de 25 alunos, finalizando 1h e meia semanal em cada encontro dos cinco trabalhados. O mesmo aconteceu na EMEB Nossa Senhora da Penha, abrangendo alunos da rede de ensino do 8º e 9º ano, totalizando aproximadamente 60 alunos, somando um universo de 160 alunos nesta parte inicial do projeto.

Na execução do projeto está inserido o trabalho com os alunos e professores promovendo uma reeducação, através de uma metodologia que permite a interação do educando sem deixar o professor fora do processo, é o que diz Geison William Ezequiel. Segundo ele "O trabalho utiliza a metodologia participativa emancipatória, a qual traz o educador como mediador do conhecimento, disse. Isso permite que o aluno tenha uma maior participação no processo de aprendizagem, dessa forma torna-se possível promover a reflexão em grupo permitindo resignificar idéias, conceitos e alguns pré-conceitos trazidos pelos alunos", finalizou.

O Instituto Paternidade Responsável foi idealizado em 2003, pelo juiz da Vara da Fazenda Silvio Dagoberto Orsatto. Com o intuito de trabalhar a conscientização e prevenção na raiz do problema, ou seja, minimizando através de orientação os problemas sociais que afetam a sociedade em geral.

Em 2010, 3729 pessoas, dentre elas alunos, pais, professores, magistrados, secretários, conciliadores e mediadores foram abrangidas. Ao todo 40 apresentações da equipe de teatro foram parte integrante do trabalho.

"Desenvolvendo uma nova cultura, alunos, escola e família estão sendo chamados para assumirem suas responsabilidades, em conjunto. Caso contrário daqui a 10 anos, teremos menos escolas e mais cadeias. Investir na educação é acreditar que podemos mudar. A Justiça não pode ser vista somente como punitiva", afirmou a coordenadora de projetos, Rita Lang.

Neste ano, já foram atendidas 1041 pessoas com o trabalho.

COLUNA DE BACO

- Vinhos espumantes -

Edson Nelson Ubaldo*

No dia em que o monge Dom Pérignon, nos porões da Abadia de Hautvilliers, provou um vinho que, estranhamente, borbulhava na cuba e chamou seus confrades para dizer-lhes, segundo a lenda, "vinde, irmãos, estou a beber estrelas" , nascia o champagne, que logo encantou as cortes europeias e a alta burguesia. Por seu preço elevado tornou-se símbolo de status social, bom gosto e cultura. As técnicas enológicas evoluiram e esse maravilhoso vinho, de início sempre branco e doce, passou a ser elaborado nas versões demi-sec, sec, brut e extra brut, inclusive na cor rosé, hoje tão em moda.

As regiões vinícolas do mundo todo passaram a elaborar os seus "champagnes", inclusive o Brasil. Diante da concorrência, os franceses travaram inúmeras batalhas jurídicas pela exclusividade do nome, que é privativo do produto originário dos departamentos de Champagne e Ãy. Apesar dos abusos ainda cometidos, os produtores sérios passaram a respeitar o direito de exclusividade. Brasil, Portugal, Argentina, Chile e Uruguai adotaram o termo "espumante". Nos países de língua inglesa passou a ser sparkling, na Itália spumante ou simplesmente prosecco (nome da variedade da uva), na Alemanha sekt e na Espanha cava. Na própria França as demais regiões produtoras adotam as expressões vin mousé e crémant.

Mas o que distingue os espumantes dos outros vinhos? Na essência são as borbulhas formadas por gás carbônico e mantidas nas garrafas sob pressão. Sem elas, seriam apenas vinhos brancos ou rosés como os demais. O grande segredo está em que o gás carbônico, responsável pelo belíssimo efeito da espuma e das "bolinhas" nas taças, não é injetado de fora, mas formado por uma segunda fermentação provocada por leveduras especiais, na própria garrafa (méthode champenoise ou traditionnel) ou em grandes tanques hermeticamente fechados (méthode Charmat).

O autêntico champagne é feito pelo sistema champenois, demorado e trabalhoso, o que torna caro o produto. Nas demais regiões e países também se utiliza o método tradicional, inclusive no Brasil, mas em pequena escala, predominando o sistema Charmat, bem menos trabalhoso e responsável por preços acessíveis. Os ortodoxos afirmam que o produto champenois é melhor. Contudo, experiências e degustações de renomados enólogos concluem não haver diferença entre um e outro.

O consumo de espumantes vem aumentando significativamente entre os brasileiros. Em nenhuma festa que se preze ele poderá faltar. Os preços razoáveis têm ensejado sua presença em coquetéis de lançamento de livros, inaugurações e eventos afins. A feliz iniciativa de servi-lo em taças, adotada pela maioria dos bares e restaurantes, tornou-o uma das bebidas preferidas no happy hour. Clubes e confrarias se multiplicam no culto salutar ao champagne e aos espumantes.

O Brasil produz hoje diversos espumantes classificados entre os melhores do mundo, alguns dos quais - data venia - nada devem aos champagnes. A Serra Gaúcha, sem dúvida, elabora ótimos produtos. Mas o futuro dos melhores espumantes nacionais - cujo presente, aliás, já começou -, está nos vinhedos de altitude de Santa Catarina, situados em São Joaquim, Caçador e Campos Novos. As condições geográficas e climáticas dessas três regiões, aliadas aos cuidados dos produtores e à tecnologia de ponta recém-implantada nas cantinas, são ideais para a produção dessa euforizante bebida, símbolo de boas novas, de alegres encontros e prazerosos convívios, ideal para celebrar pequenas ou grandes vitórias e coroar os momentos mais intensos do amor e da paixão.

• Desembargador

Minha história...

Ele nasceu no coração da cidade. Era 19 de abril de 1931, quando o juiz aposentado Urbano Vicente Gama Salles veio ao mundo, na rua Tenente Silveira, bem no centro de Florianópolis, num casarão antigo que existia em frente à antiga agência do Banco Besc, na esquina com a rua Jerônimo Coelho. Filho do casal Urbano Müller Salles e Maria Emília Gama Salles, ele desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que faleceu precocemente aos 58 anos - a esposa faleceu pouco tempo antes, aos 53 anos -, Urbano é testemunha viva de uma Florianópolis que hoje só se conhece pelos livros de história e, por vezes, nas soberbas crônicas do jornalista Sérgio da Costa Ramos.Sua memória continua "afiada" e seu senso de humor para contar "causos" idem, conforme pude atestar naquela tarde cinza de maio, em seu apartamento, na Capital, na adorável companhia da senhora Myriam da Luz Maya Salles, sua esposa há mais de 50 anos. Sim, porque depois de inúmeras entrevistas para este espaço, Urbano foi o primeiro a esclarecer a origem do apelido da vetusta Faculdade de Direito de Florianópolis, mais conhecida como "Alfaiataria do Didico"...

• • • •

Por que "Alfaiataria do Didico"? Ele conta que a história é a seguinte: a Faculdade de Direito de Florianópolis teve como primeiro endereço a parte de cima de um prédio bem no início da rua Felipe Schimdt (o mesmo onde, hoje, abriga numa ponta a farmácia do Sesi e, na outra, a livraria Catarinense). Embaixo, funcionavam alguns pontos comerciais, entre eles, a tal "Alfaiataria do Didico". O estabelecimento tinha uma placa minúscula e, por essa razão, os amigos insistiam para que Didico colocasse um letreiro maior e, assim, poder alavancar os seus negócios. O alfaiate achava que não havia necessidade, pois já era bastante conhecido na cidade. Aconteceu que, com a instalação da Faculdade, seus diretores resolveram colocar uma placa razoavelmente grande, com o intuito de identificar melhor a instituição. Um dia, um dos amigos de Didico, que não enxergava muito bem, parou em frente e, com certo entusiasmo, disse: O Didico colocou uma placa...Alfaiataria do Didico...Foi um prato cheio para os gaiatos de plantão, que logo trataram de espalhar na cidade a "gozação". "Aí pegou o apelido e a Faculdade de Direito passou a ser chamada de Alfaiataria do Didico", conta Urbano.No entanto, Urbano só foi conhecer a Faculdade quando ela já estava instalada no início da rua Esteves Júnior, no prédio onde mais tarde passou a funcionar o colégio Henrique Stodieck, bem em frente ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.O pai de Urbano, além de ajudar na fundação da Faculdade, também por lá lecionou. "Ele ministrava aulas de Processo Penal. E teve muita importância, tanto que num congresso de magistrados do RJ, acho que em 1937, ele foi saudado pela iniciativa. O engraçado é que o meu pai trabalhou por muitos anos como professor e não recebia nada por isso. Trabalhava de graça, mesmo. Quando a instituição passou a receber uma subvenção do governo federal, meu pai já tinha morrido. Meu pai faleceu cedo, com 58 anos. Fumava muito e trabalhava mais ainda. O médico dele era o Artur Pereira Oliveira, um dos melhores da época. Mas mesmo assim não adiantou. A medicina não era tão avançada e muito menos existiam recursos para tratar até mesmo de problemas simples de saúde. Antes se morria de pressão alta, como foi o caso da minha mãe, pois não tinha remédio que baixasse a pressão. Ela morreu com 53 anos. Meu pai, por sua vez, tinha problemas cardíacos. Era um homem culto e gostava muito de ler. Ele não sabia usar a máquina de escrever. Ele redigia e no Tribunal eles datilografavam todo o trabalho dele. Tinha uma biblioteca em casa e no Tribunal também. Ele nasceu em Florianópolis, na Rua Vidal Ramos. A mãe dele era irmã do Lauro Müller, que morava em Florianópolis e casou-se com um funcionário da Alfândega, o alemão Júlio Salles. O sobrenome Salles foi incorporado porque ele foi adotado por uma família de açorianos. Então, minha avó Carolina casou-se com o meu avô Júlio e o acompanhou nas suas andanças pelo Estado como funcionário da Alfândega. E assim começou a vida da família", comenta.

• • • •

Na casa onde nasceu, na rua Tenente Silveira, o juiz aposentado Urbano Salles morou até os sete anos de idade. "A rua Tenente Silveira era mais estreita do que a Conselheiro Mafra. Naquela região moravam pessoas muito conhecidas como Dib Cherem, Vilmar Elias, Valter e Afonso Vanderlei. Tinha a família Linhares também, família Carneiro, Garcia, perto da Vidal Ramos, que tinha um lugar muito bonito onde íamos buscar água quando faltava em casa. Era numa cisterna que tinha por ali. O abastecimento de água potável naquela época era muito precário. Então, ali morou o papai quando veio para Florianópolis, para ser desembargador. Antes de vir para Florianópolis, ele foi promotor de Justiça em Urussanga, Tubarão e, depois, juiz de Direito em Biguaçu. E no tempo do Aristiliano Ramos, Governador do Estado, ele foi Procurador do Estado. Naquela época, o cargo de Procurador era exercido por juiz", destaca.O juiz Urbano Salles conta que seu pai, quando soube que iriam alargar a rua Tenente Silveira, comprou uma parte do terreno pertencente ao Lira Tênis Clube. "Eu me lembro que quando o clube pegou fogo, numa noite de Natal, papai me levou para ver como ficou. E me lembro de ter visto muitos instrumentos musicais retorcidos pelo fogo, tudo queimado. Foi muito triste. Então neste terreno (que fica quase em frente ao Lira, na rua Tenente Silveira) meu pai construiu uma casa, onde moramos por muitos anos. Meu irmão, Geraldo (desembargador aposentado), ainda mora lá. O pai do Esperidião Amim também comprou um pedaço de terra ali perto, depois do antigo portão do Lira, mais lá em cima, e fez uma casa lá. Eu jogava tênis no Lira e o velho Esperidião ia lá, se debruçava numa cerca de madeira e ficava assistindo e dando palpite também", conta. A família de Urbano Salles teve no passado forte ligação com o Poder Judiciário. Seu avô, Ayres de Albuquerque Gama, veio da região Norte do país e foi desembargador em Santa Catarina. O primo de seu avô, Vasco da Gama, também veio para cá, assumindo também o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça catarinense. Entre os parentes que ingressaram na magistratura, inclui-se o primo Ayres Gama Ferreira de Mello, seu tio, Clóvis Gama, e seu irmão, Geraldo Gama Salles. Um cunhado seu, Ruiter do Nascimento Ferreira, foi procurador de Justiça. Além disso, Urbano tem, ainda, alguns sobrinhos ligados à advocacia.

Foto:Fabrício Severino

Urbano e Myriam Salles: 50 anos de pura cumplicidade

Urbano gosta de relembrar um pouco do passado da família. Ele conta que seu pai, quando criança, foi morar em Laguna com a família. "Meu avô, Júlio Salles, foi para lá para trabalhar como coletor. Laguna, naquela época, era um pólo comercial importante. De vez em quando a família vinha para Florianópolis. Eles vinham a cavalo até a Enseada do Brito e de lá até Florianópolis de barco. O barco era à vela e seguia o curso da maré. Eram os "barqueiros da maré", porque a especialidade deles era viajar sem fazer força. Numa dessas viagens, o meu avô Júlio morreu. Foi em Garopaba. Morreu do coração. E a minha avó veio para Florianópolis", ressalta. Ele conta também que sua mãe, Maria Emília Gama Müller, era oriunda de uma das muitas famílias que vieram para o Brasil junto com a família Real de Portugal (os "Gamas"), em 1808. "Acho muito importante a gente rememorar, lembrar das coisas do passado. Eu me lembro bem quando meu pai ia todos os anos fazer exame médico em São Paulo. Ele e minha mãe pegavam, no Miramar, o barco chamado São Francisco, que comportava 80 passageiros sentados. Todos os anos os meus pais viajavam e levavam um filho. E quando eu fiz 10 anos, eu fui junto. Pegamos o barco até Ratones, Inhatomirim, e de lá pegamos o navio para São Paulo. Desembarcávamos em Santos e de lá íamos de trem para São Paulo. Na volta tínhamos que fazer a mesma coisa. E tinha que pegar o trem no horário certo, do contrário perdíamos o navio. Aí o meu pai escutou no rádio o noticiário Esso sobre um bombardeio. Um submarino alemão torpedeou um navio brasileiro na costa da Bahia. E aí foi aquele rolo. O governo suspendeu tudo, todas as navegações. Porque o risco era grande, tinha muito submarino por aí, mais do que você pode imaginar. Isso foi na época da Segunda Guerra Mundial. Então, fomos obrigados a voltar de SP de uma outra maneira: até Curitiba fomos de táxi. De lá seguimos para Mafra de "Litorina" (um trem pequeno). E de Mafra até Florianópolis fomos de ônibus. Naquela época, os ônibus não tinham amortecedor, inventaram bem depois. Imagina só como é que foi", diverte-se.Durante a guerra, Urbano integrou-se ao Exército. "Eu era muito jovem, estava no ginásio do Colégio Catarinense e eles já colocavam a gente para montar e desmontar armas. A guerra estava aí", conta. Antes, Urbano havia passado pelos colégios Lauro Müller e São José.

• • • •

Urbano também tem lembrança de outra figura singular da história catarinense: o desembargador Marcílio Medeiros, já falecido. "Eu conheci ele sabe como? Ele era "fiscal de blecaute". Isso porque de noite não se podiam acender as luzes em casa. Todas as janelas eram fechadas com papel. E ai de quem não cumprisse essa exigência", lembra.Outra passagem marcante em sua vida foi a visita da aeronave Zeppelin, que fez um sobrevôo histórico pela Capital catarinense. "Eu me lembro bem. Eu tinha uns sete anos de idade, mais ou menos. Meu pai chegou em casa dizendo que o dirigível Zeppelin ia passar por volta da 1 hora da madrugada por Florianópolis. Naquela noite, nos agasalhamos bem e esperamos. Era um "troço" enorme, com uns 300 metros de comprimento. Parou em cima da cidade, entre a nossa casa, na Tenente Silveira, e o Mercado Público. Depois, ele seguiu para a Argentina. Foi a mesma aeronave que, quando chegou em Nova York, ao tentar pousar, bateu numa torre, provocando um vazamento de gás que o fez explodir, matando centenas de pessoas. Foi uma tragédia", recorda.Voltando aos tempos de infân-

cia, Urbano conta que se divertia soltando pandorga e praticando esporte. Jogou tênis, tendo inclusive participado de inúmeras competições que lhe renderam muitas medalhas. Jogou futebol também, mas desistiu. "Depois que levei uma bolada desisti. Eu era goleiro. As bolas de futebol eram bem mais pesadas e cobertas com uma espécie de cera. Certa vez recebi uma bolada tão forte que acabei me machucando. Foi um "canhão", disparado pelo Salum, que é tio do nosso jornalista Salum. No tênis eu me saí bem. Tinha uma caixa de medalhas. Só tinham uns três aqui em Santa Catarina que jogavam mais do que eu. Dois em Joinville e um aqui em Florianópolis, que me ganhavam. Eu treinava muito no Lira, praticamente todos os dias. Cheguei a remar também. Eu gostava de remar só do lado esquerdo. O pai do Luiz Henrique (ex-governador de SC), Iguatemi, era o melhor treinador da cidade. Ele sabia que eu gostava de remar só daquele lado. Quando tinha competição e faltava um remador no treino, ele me chamava", detalha.

● ● ● ●

Na vida profissional, Urbano iniciou como jornalista. "Eu estudei no Colégio Catarinense. E quando eu era aluno do primeiro ano científico, fui trabalhar no jornal A Gazeta. Era repórter e fazia cobertura da área política para o jornal. Comecei como setorista da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, tomando nota dos discursos dos deputados. Cobria eventos tanto da Assembléia quanto das secretarias de Estado. Eu era o único jornalista que trabalhava exclusivamente para o jornal. Fiquei lá uns três anos. Da Gazeta eu saí para outro jornal, que era menor. Funcionou uns três anos e fechou. De lá fui trabalhar na Assembléia como funcionário. Já era estudante da Faculdade de Direito (segundo ano). Fui parar no jornalismo por acaso. Meu pai estava muito doente do coração e eu disse para o meu irmão Geraldo (desembargador aposentado) que eu precisava arrumar um emprego. Eu tinha cinco irmãos. Só o Geraldo era formado, e só eu e ele trabalhando. Os outros ainda estavam se criando. Eu estudava de manhã e tinha a tarde livre. Mas pensei que ninguém ia querer contratar alguém só para trabalhar meio período. Mas aconteceu que o Geraldo encontrou o Jairo Calado (diretor do jornal A Gazeta), na Assembléia, fazendo reportagem e reclamando que não tinha ninguém que soubesse fazer aquele tipo de cobertura. Aí o Geraldo falou que eu poderia fazer as reportagens. Então, o Jairo falou para eu ir ao jornal no outro dia, que ele ia me contratar", conta.No jornal A Gazeta, Urbano começou a fazer a cobertura dos assuntos políticos da cidade e do Estado, de maneira imparcial, dando espaço e tratamento igualitário a todos. E deu certo, tanto que o jornal, que estava prestes a fechar, se recuperou, ampliando substancialmente o seu número de leitores. No jornalismo, Urbano viveu momentos memoráveis, como a sessão da Câmara de Vereadores que aprovou as contas de um certo prefeito da Capital catarinense. O detalhe é que os nobres edis aprovaram sem ao menos analisar os documentos. Mas, a vida de repórter não era fácil. O trabalho, apesar de prazeroso, era mal remunerado. Foi então que Urbano decidiu largar o jornalismo para assumir a função de secretário de comissão da Assembléia Legislativa de Santa Catarina. "Na Assembléia eu fui secretário da Comissão de Divisão de Fiscalização de Forças e Territorial, ou seja, cuidava da Polícia e dos municípios. Foi naquela época que aprovaram o projeto que criou vários municípios no Oeste, que foram desmembrados de Chapecó", revela. Nessa época, Urbano chegou a trabalhar como chefe de gabinete do então secretário da Agricultura, Vitor Peluso. Também foi no período em que atuou no Parlamento Estadual que Urbano conheceu Felipe Tiago Gomes, um dos responsáveis pela introdução do ensino no período noturno aqui no Estado, beneficiando aqueles que trabalhavam durante o dia. "Ele teve uma importância muito grande para o ensino nacional. Antes dele só existiam escolas para crianças e adolescentes. Quem era operário, empregada doméstica, funcionário público, não podia estudar porque não tinha colégio à noite, fora do horário de trabalho. Fomos apresentados na Faculdade de Direito. Lançamos uma campanha que teve êxito, alcançando quase 40 instituições de ensino, chamada Campanha Nacional de Educandários Gratuitos", recorda. Urbano participou também da criação do Colégio Antonieta de Barros, no centro de Florianópolis.Da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, Urbano seguiu para o Tribunal de Contas do Estado, onde ficou por cerca de três anos.

● ● ● ●

Urbano recorda que sempre teve de lutar muito para alcançar seus objetivos. Formar-se em Direito, por exemplo, não foi nada fácil. "O meu pai morreu no dia em que eu fui fazer o vestibular. Ele era diretor da Faculdade de Direito de Florianópolis. Suspenderam o vestibular por três dias. Isso foi em 1951. Depois que eu me formei, em 1956, o que eu queria ser mesmo na época era advogado. Mas, aqui, eu não me sentia muito a vontade para advogar. Como tinha uma comarca nova lá na fronteira, em Mondaí, eu resolvi ir para lá. Fui advogado da prefeitura local. Nessa época eu já estava noivo da minha esposa (Myriam). Começamos a namorar quando eu estava no 2º ano do curso. E eu voltei de lá, do Oeste, casado", conta.Da advocacia, Urbano passou para o Ministério Público, ao ser nomeado promotor interino da comarca de Mondaí. Ficou pouco mais de um ano no cargo. Depois, ele prestou concurso e tornou-se promotor titular da comarca de Taió, onde judicava seu grande amigo Vladmir D'Ivanenko. Nesta cidade, Urbano ficou por curtos cinco anos. Decidiu, então, fazer o concurso da magistratura, em 1963. Foi aprovado, tendo sido posteriormente nomeado juiz substituto da comarca de Rio do Sul. Ele passou ainda por Mondaí, Taió, Turvo, Curitibanos e, finalmente, Florianópolis. A cidade de que mais gostou foi Curitibanos. Lá, ele e sua esposa choraram quando chegaram e também quando foram embora...No começo, a esposa não queria ficar. Dona Myriam conta que na primeira noite ficou sentada numa cadeira, triste, com muita vontade de deixar o município. "É que quando começaram a descarregar a mudança um deles viu um baú de madeira todo trabalhado, que era da minha mãe. E o rapaz que levou esse baú disse: 'isso é a burra de dinheiro, né? A senhora toma cuidado, porque eles são capazes de matar o seu marido por causa do dinheiro'. Mas hoje me arrependo de ter vindo embora. Fizemos muitas amizades, o povo era muito legal. Eu adorava o clima frio", destaca. Urbano e Myriam tiveram dois filhos: Maria Donatila (já falecida) e Urbano, sendo que ambos nasceram em Florianópolis, porém, nestes períodos, Urbano Salles trabalhava, respectivamente, em Mondaí (como advogado) e Turvo (como juiz).

Fotos: Arquivo familiar

Urbano Salles (de braços cruzados) com os pais e os irmãos

Entre os muitos casos em que trabalhou, Urbano destaca um que aconteceu quando ele era juiz em Taió. Certa vez, um cidadão lhe procura para dizer, meio sem jeito, que alguém havia retirado o corpo de uma mulher da sepultura no cemitério da cidade. "Fazia um mês que a mulher tinha morrido. E quando chegou essa notícia, todo mundo correu para o cemitério e vimos que realmente estava tudo revirado e o corpo não estava lá. Procuramos por todos os lugares e nada. Aí liguei para a Delegacia Regional de Rio do Sul. Foi engraçado porque eu me identifiquei, contei a história, mas ele achava que era trote e desligou o telefone (risos). Ele dizia: 'não estou aqui para brincadeira!'. Liguei novamente. Mas ele só se convenceu quando ligou para o fórum e confirmaram o que eu estava tentando dizer. Ele não estava acreditando. Bom, foram três dias de buscas e nada do corpo. Um senhor que morava perto do cemitério comentou sobre um rapaz com problemas mentais e que tinha o hábito de furtar algumas coisas e levar para o meio do mato. Era uma pista. Fomos atrás do tal rapaz. Quando o achamos, perguntamos sobre a mulher e ele confessou ter levado-a para o mato. No fim, acharam a mulher. O rapaz tinha feito uma cabana no mato, toda de xaxim, e colocou a defunta lá. No final das contas, descobriu-se que quando eram jovens, os dois haviam namorado, mas quando ela percebeu que ele tinha problemas mentais, acabou desistindo da relação. No interrogatório, perguntei porque ele havia levado o corpo. Ele respondeu: 'difícil dizer doutor,. Eu gostava muito dela. Um dia, numa lua cheia linda, me deu uma coisa que não sei explicar. Aí peguei uma enxada e tirei ela de lá do cemitério'. Foi um caso bem polêmico na época", diz.

● ● ● ●

Vida de magistrado, quem conhece sabe, não é das mais fáceis. As mudanças constantes de cidade, o excesso de trabalho, a pressão diária, tudo isso faz com que alguns abreviem a permanência na carreira. Foi o que aconteceu com Urbano, que aposentou a toga aos 53 anos. "Eu já estava cansado. Comecei a trabalhar com 18 anos e não queria terminar como o meu pai, que morreu muito cedo. Resolvi me aposentar. Eu estava esgotado. Terminei a carreira como juiz da vara criminal, em Florianópolis, em 1983", relembra. O ócio não durou muito. Dentro de pouco tempo, Urbano voltaria a lidar com o Direito. Aposentado, decidiu abrir um escritório de advocacia. Advogou para alguns bancos, por cerca de 10 anos. Quando os bancos faliram, Urbano e seus sócios ficaram com poucos clientes e decidiram encerrar as atividades do escritório. Mas não parou por aí. Decidiu se dedicar à literatura, lançando duas obras: "O Menino e o Tambor" e "Contos Urbanos". "Tenho outros para serem publicados", assinala. Outra passagem curiosa na vida de Urbano Salles foi criação de um curso de preparação para o concurso da magistratura. "Criei em casa uma escola que preparava advogados para o concurso de magistratura. Ficava perto do Hippo (supermercado localizado no centro da Capital). Eu já estava aposentado. Eu não cobrava nada para dar aula. Só depois é que criaram a Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina", pontua.

Aqui, emoldurado pela esposa e filhos

● ● ● ●

Em seu apartamento, na rua Rafael Bandeira, próximo à Beira Mar Norte, Urbano Salles nos recebeu, junto com sua esposa Myriam, para uma entrevista que durou cerca de três horas. Afora a simpatia do casal, chamou atenção a boa memória e a sua capacidade de contar de maneira clara fatos tão antigos. Urbano reconhece que fez muita coisa na vida e garante que tudo, tudo mesmo, valeu a pena. "Não costumo ter saudade do que já passou. Apenas me lembro dos muitos bons momentos que vivi. E penso que foi bom enquanto durou", ensina.

Fabrício Severino

VI Jornada ESMESC debate sobre a importância da formação humanística

Evento esclarece as exigências da Resolução nº 75 do CNJ, que visa a inclusão de novas disciplinas no currículo da Escola

Foto: Bárbara Nunes

Profª. Dilsa Mondardo (2ª esq. p/ dir.) mediou primeira palestra

A Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC) promoveu, no dia 21 de maio, a sua VI Jornada, com o tema: "Formação Humanística e Magistratura", onde esclareceu por meio de palestras a importância da inclusão da questão humanística no currículo do magistrado. O evento reuniu mais de 130 participantes, entre magistrados, professores, alunos da ESMESC e demais operadores do Direito, com a intenção de estabelecer um diálogo aberto sobre o modelo adequado de preparação e aperfeiçoamento para atuar no Sistema de Justiça, que atenda as demandas da Resolução nº 75.

De acordo com a Resolução nº 75, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), incluir a questão humanística no currículo do magistrado é importante para que haja uma sensibilização do profissional para questões sociais, políticas, culturais e éticas relativas ao contexto das sociedades do século XXI, atualizando o profissional e fazendo-o refletir sobre o comportamento humano.

O encontro proporcionou palestras expositivas e abertura para questionamentos. Pela manhã, a professora Vera Regina Pereira de Andrade ministrou a palestra sobre formação humanística, com a participação da debatedora juíza Ana Cristina Borba Alves, da mediadora professora Dilsa Mondardo e da juíza coordenadora da extensão da ESMESC em Blumenau Quitéria Tamanini Vieira Péres, representando o presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), juiz Paulo Ricardo Bruschi e o diretor Escola, juiz Silvio José Franco.

A mediadora Dilsa Mondardo deu início às atividades saudando os presentes e apontando a importância das Jornadas ESMESC como momentos de reunião e de reencontro, sempre propiciando debates e troca de experiências, com a finalidade de "provocar uma transformação nas percepções sobre os fenômenos com os quais o convívio é diário no mundo do magistrado", disse.

A professora Vera Regina Pereira de Andrade, antes de dar início a sua palestra, agradeceu o convite para participar da VI Jornada e congratulou a ESMESC. "Quero parabenizar a direção e a equipe da ESMESC pelo trabalho digno e nobre que vocês vêm fazendo e pelo profissionalismo dos seus funcionários. A Escola está mostrando comprometimento com as questões do seu tempo e solidificando uma história de ensino muito importante no Estado de Santa Catarina". A palestrante relatou sobre as crises vividas no século XXI, explanando as transformações geopolíticas existentes e dando ênfase na dificuldade de juntar qualidade e quantidade nos serviços prestados. Ressaltou que o magistrado não pode esquecer o seu papel como juiz, mas também deve levar em conta seu papel como cidadão, como ser humano, e ter a sensibilidade de traçar uma linha tênue entre a responsabilidade humanística e as leis. Além de conseguir sintetizar em pouco tempo e com clareza todo o caminho da história do Direito e das suas instituições.

Através de uma apresentação crítica, a professora Vera buscou alertar os presentes para que na hora de julgar saibam lançar um mesmo olhar crítico, e consigam perceber os detalhes dos relacionamentos interpessoais deste século. "Vivemos num tempo em que o acúmulo de problemas, de conflitos, de não realização dos diretos está indo bater a porta de um poder específico, e esse poder se chama Poder Judiciário, e temos que estar preparados", compartilhou.

A debatedora convidada juíza Ana Cristina Borba Alves, reconhecida pelos trabalhos realizados na Vara da Infância e Juventude de São José, em especial no caso do fechamento do Centro Educacional São Lucas, iniciou sua contribuição agradecendo emocionada a professora Vera, de quem foi aluna no ano de 2000 no mestrado em Direito Penal, em Blumenau. "Aprendi com ela que a gente pode ser juiz extra-gabinete e que isso é mais do que dever legal é um dever ético". A seguir, a juíza ressaltou a importância de ir às ruas e conhecer a realidade social, dando ênfase na temática proposta. "O que a gente precisa mesmo é de uma formação humanística de verdade, porque não adianta ter uma formação humanística teórica muito bonita se eu não tenho contato com a realidade e se eu não produzir alguma alteração nessa realidade", concluiu.

Finalizando a primeira parte do evento, a juíza Quitéria Tamanini falou da importância do aperfeiçoamento e em especial do tema escolhido pela VI Jornada ESMESC. "Esse momento é histórico para a Escola da Magistratura, para os rumos que o Direito segue, para onde segue e aonde ele pretende chegar. E nós escolhemos fazer parte dessa história, por isso, como intérpretes das leis, temos que nos moldar, nos posicionar em relação a essa realidade que pede do julgador uma definição, porque não dá para ficar em cima do muro", ressaltou.

À tarde, com o tema "Ética na Magistratura: do mundo jurídico ao mundo real", tendo como palestrante o juiz Volnei Celso Tomazini, debatedora a professora Maria do Rosário Stotz e, moderadora, a professora Patrícia Fontanella, foi realizada a segunda palestra da Jornada.

O juiz Volnei Tomazini iniciou a sua palestra falando sobre a preocupação das escolas preparatórias em respeitar as exigências do Código de Ética da Magistratura, exigido desde 2008 e da Resolução nº 75, de 2009, que inseriu as disciplinas de psicologia, sociologia, filosofia e ética como obrigatórias. Ressaltou a ética profissional e citou pensadores como Sócrates. "Ética é exemplo de altruísmo e conscientização. É uma questão bem pertinente e de grande interesse das escolas de magistratura e meu dever aqui hoje não é ensinar e sim despertar o interesse de vocês", afirmou.

De acordo com o palestrante, a inclusão da formação humanística nos cursos está começando a solucionar os problemas da Justiça. "Juízes que resistem às especializações e que andam simplesmente com o rótulo de 'Juiz de Direito' não têm mais vez em nossa sociedade. O juiz de hoje não pode mais viver de ilusões e mitos. Se não há formação humanística dificilmente o magistrado entenderá os reclames da população.", finaliza.

A palestra de encerramento, intitulada "A Magistratura e seus desafios na sociedade atual", foi ministrada pelo desembargador Lédio Rosa de Andrade, que alertou aqueles que pretendem entrar na magistratura das dificuldades de lidar com os mitos que sustentam essa carreira. "Será que é possível fazer uma justiça acima da estrutura social econômica, fazer uma justiça igual para todos, ser um juiz apolítico, neutro?", indagou o magistrado, dando ênfase à importância da consolidação da democracia para a sociedade como um todo.

Palestrantes abriram espaço para perguntas da platéia no evento

Sexta edição da jornada reuniu cerca de 130 participantes

ESMESC lança Concurso Cultural para homenagear os seus 25 anos

Dividido nas modalidades "Fotografia", "Literatura" e "Música", o concurso pretende integrar magistrados, professores e alunos

Em comemoração aos seus 25 anos de fundação, a Escola da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC) decidiu inovar com uma proposta inédita: realizar um concurso cultural, com o tema "A difícil arte de julgar". As inscrições (gratuitas) já estão abertas e seguem até o dia 8 de julho, para as modalidades de "Fotografia" e "Literatura"; e 15 de julho, para a categoria "Música". A exposição dos trabalhos está prevista para o período de 25 a 29 de julho (Fotografia e Literatura); e 29 de julho (Música).

De acordo com o Diretor Geral da ESMESC, juiz Silvio José Franco, a iniciativa tem como objetivo promover uma "verdadeira socialização de talentos, podendo participar magistrados, docentes e alunos que possuem dotes artísticos, dando, assim, um caráter mais cultural às comemorações do nosso Jubileu de Prata, bem como ilustrar todos os anos de trabalho dedicado à preparação de candidatos ao concurso da magistratura".

Modalidades

As **fotografias** apresentadas estarão sujeitas ao tema, sendo garantida ao autor a mais ampla liberdade de criação nos limites das determinações previstas no regulamento, ou seja, cada "Autor Efetivo" poderá enviar até 06 (seis) fotografias, tamanho 20x25 cm, para a sede da ESMESC: Rua dos Bambus, 116, Itacorubi, Cep 88.034-570, Florianópolis-SC, juntamente com a ficha de inscrição. As fotografias deverão ser enviadas sem qualquer montagem.

A modalidade de **Literatura** compreenderá: Poesias; Crônicas e Contos, podendo cada autor inscrever no máximo um trabalho. Os trabalhos devem ser digitados no máximo em cinco laudas e entregues em três vias, com espaçamento 1,5 entre linhas, com fonte Times New Roman, tamanho 12, margens 2,0 cm.

Para a modalidade de **Música** serão avaliadas interpretações, execuções de instrumentos musicais, composições com interpretação, em língua portuguesa ou estrangeira, sem restrição quanto a estilo, gênero musical ou quantidade de intérpretes, não necessariamente magistrados, docentes ou alunos. Basta que um dos integrantes do grupo musical atenda a exigência do item 1.1 do respectivo edital. A duração de cada interpretação ou execução de instrumento musical deverá ser de no máximo cinco minutos.

No dia 29 de julho de 2011, na sede balneária da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) poderá ser realizado ensaio juntamente com a banda, no horário das 16h às 18h. Os participantes deverão agendar seu ensaio previamente pelo e-mail: 25anos@esmesc.org.br. Nessa modalidade a apresentação ocorrerá no dia 29 de julho na sede balneária da AMC, na Cachoeira do Bom Jesus, com início previsto 20h30.

Os primeiros lugares de cada modalidade serão premiados com um Tablet iPAD Apple e os demais classificados (2º à 10º) receberão certificados de "Menção Honrosa". O resultado será divulgado no dia 29 de julho de 2011, na sede balneária da AMC, durante o jantar dançante em comemoração ao Jubileu de Prata da ESMESC.

As obras das modalidades literária e fotográfica selecionadas, ficarão expostas no hall do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e da sede administrativa da AMC.

Mais informações podem ser obtidas junto à secretaria da ESMESC, pelo telefone (48)3231-3045 ou pelo email 25anos@esmesc.org.br. O edital está disponível no site da Escola: www.esmesc.org.br

Escola promove debate sobre aspectos relacionados à "Lei da Ficha Limpa"

ESMESC realiza, no dia 25 de junho, evento para debater a polêmica lei derrubada por 6 votos a 5 no Supremo Tribunal Federal

A Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC) promove, no dia 25 de junho, palestra sobre a "Lei da Ficha Limpa", projeto de lei de iniciativa popular que reuniu 1,9 milhão de assinaturas e que tenta impedir que políticos com condenação na Justiça possam concorrer às eleições. O evento será realizado no auditório da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), com início às 19h. As inscrições são gratuitas e devem ser feitas no site da Escola.

A "Lei da Ficha Limpa", motivada a partir das denúncias envolvendo o ex-senador Joaquim Roriz, que renunciou ao seu mandato em 2007 para escapar de um processo por quebra de decoro parlamentar, tornou-se polêmica ao deixar dúvidas quanto a sua validade para as eleições de 2010. No seu primeiro julgamento houve empate na votação que decidiria por sua constitucionalidade, o que ocasionou a suspensão do julgamento sem a proclamação do resultado.

Já em 2011, no dia 23 de março, foi realizada a segunda parte do julgamento referente à validade da Lei nas eleições 2010, e de acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF) a Lei Complementar (LC) 135/2010, a chamada "Lei da Ficha Limpa", não deve ser aplicada às eleições realizadas em 2010, por desrespeito ao artigo 16 da Constituição Federal, dispositivo que trata da anterioridade da lei eleitoral, desta forma tornando-se válida apenas para as eleições municipais de 2012.

Porém, de fato, a Lei só será aplicada após uma nova votação. Como resposta, parte da sociedade protestou, sendo que muitos candidatos cuja elegibilidade havia sido barrada por causa de processos na Justiça puderam ser diplomados.

Para debater o assunto, foram convidados: o juiz de Direito de 2º Grau do Tribunal de Justiça (TJ/SC), Leopoldo Augusto Bruggemann, e o advogado Ruy Samuel Espíndola, Mestre em Direito Público pela UFSC desde 1996 e Doutor em Direito do Estado pela UFPR. Os participantes poderão participar tirando dúvidas e trocando experiências. O encontro pretende reeditar o sucesso dos eventos anteriores, reunindo magistrados, professores, operadores do Direito e alunos.

AMC segue com projeto de reforma para revitalização da área de camping

Área do camping vai ganhar mais cinco apartamentos, academia, sala de jogos, sala de reuniões, recreação, cozinha e vestiários

Fotos: Divulgação

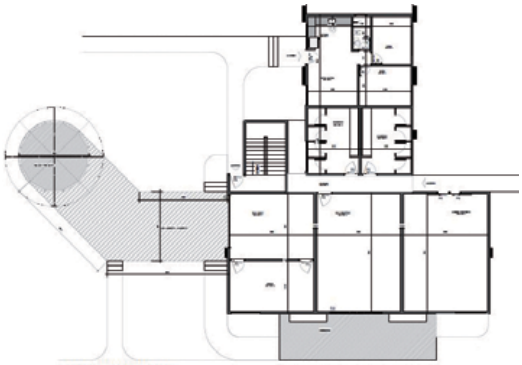
A Associação de Magistrados Catarinenses (AMC) retomou o projeto de melhoramento da sede balneária, localizada na Cachoeira do Bom Jesus. As obras prevêem a revitalização da área do camping, com o objetivo de disponibilizar mais cinco apartamentos, sala de reuniões, academia, sala de jogos, área coberta para recreação e reforma nos vestiários e na cozinha de apoio aos campistas, proporcionando mais espaço e qualidade na acomodação dos associados que desejam passar suas férias nas dependências da sede. O término da obra está previsto para outubro.

Em março, o presidente da AMC, juiz Paulo Ricardo Bruschi, juntamente com o diretor da sede balneária, juiz Paulo Tzelikis, deram andamento à revitalização da área que até então era usada como apoio aos campistas. O prédio continha, no piso inferior, duas cozinhas e dois vestiários, além de uma área aberta e, no piso superior, era divido em uma área para academia, uma sauna, dois banheiros e três salas vazias. A intenção é transformar a parte superior em quatro apartamentos, que serão destinados aos associados, e uma sala de reuniões. A parte inferior receberá um apartamento, a academia (na área em que hoje é aberta), sala de jogos e área coberta para recreação. Os vestiários e uma cozinha de apoio ao camping serão reformados.

O projeto de melhoramento da sede balneária iniciou em 2010, com a reestruturação da área externa da sede. Além do deck de madeira construído na área das churrasqueiras, foram trocados pisos, luminárias e pias, e realizada a lavação do telhado e o ajardinamento. No começo desse ano deu-se continuidade às obras, incluindo câmeras de vigilância nos espaços públicos, cercas elétricas, as garagens ganharam pisos novos; foram reformados os três parques infantis e a quadra de tênis; os sofás, os boxes dos banheiros, os armários aéreos de cozinha e as geladeiras, foram trocados por novos; as casas de alvenaria foram recuperadas, todas as casas ganharam pintura e os telhados foram lavados.

Para completar as reformas está sendo cogitada a criação de uma área arborizada ao lado do camping. "A idéia é criar um espaço onde o nosso associado possa ficar ainda mais integrado com a natureza. Um local onde as pessoas possam passar momentos agradáveis, protegidas do sol, enfim, aproveitando para colocar a conversa em dia junto dos familiares e amigos", enfatiza o idealizador, presidente da AMC, juiz Paulo Bruschi.

Plantas do projeto de revitalização



Planta baixa pavimento térreo

Planta baixa pavimento superior

Juízes catarinenses participam de torneio de tênis no RS

A cidade de Canela, na região serrana do Rio Grande do Sul, sediou, de 12 a 15 de maio, no Canela Tênis Clube, a etapa do Campeonato Sul-brasileiro de Tênis de Campo da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Em razão do número reduzido de atletas foi feito um combinado entre os estados de Santa Catarina e Paraná contra os magistrados gaúchos.

Foram disputados 14 jogos, sendo que 10 deles foram vencidos pela equipe do Rio Grande do Sul. Por Santa Catarina, o juiz Gustavo Marcos de Farias ganhou em dois jogos na categoria simples. Representaram, ainda, o Estado catarinense os magistrados Fabiano Antunes da Silva e Fernando Carvalho. Santa Catarina vai sediar, em 2012, evento do gênero, em local e data a serem definidos.

Fotos: Divulgação

AMC presente em audiência do STF e no Conselho de Representantes da AMB

Entidade esteve representada nos eventos realizados em Brasília pelo presidente em exercício, juiz Sérgio Luiz Junkes

A Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), representada pelo presidente interino, juiz Sérgio Luiz Junkes, participou, no dia 31 de maio, da reunião do Conselho de Representantes da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), que ratificou o apoio as ações dos dirigentes da entidade nacional pela aprovação do reajuste dos subsídios e de outros projetos de interesse da magistratura. Junkes também participou da audiência com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro César Peluso, na qual recebeu apoio integral a sua proposta de emenda constitucional (a PEC dos Recursos) para reduzir o volume de recursos e, com isso, tornar mais célere a prestação jurisdicional.

Durante a reunião do Conselho, foram discutidos temas como: a recomposição dos subsídios da magistratura nacional em 14, 79%, que tramita na Câmara dos Deputados por meio do Projeto de Lei 7.749; a Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que prevê o estabelecimento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS); a aprovação de uma carta de apoio à proposta do presidente do STF, que pretende diminuir os prazos recursais; e a aprovação da criação de uma comissão nacional para a implantação de Centros de Pacificação Social (CPS), que prevê a promoção da conciliação de litígios antes que os cidadãos levem as questões para a Justiça.

Na audiência, o presidente do STF, manifestou surpresa com o que chamou de demonstração de união e de força da magistratura brasileira. Liderada pelo presidente da AMB, juiz Nelson Calandra, na presença de cerca de 100 magistrados, entre eles, 36 presidentes e representantes das Associações estaduais, trabalhistas, federais e militares, o encontro avaliou o apoio às medidas para melhorar a prestação jurisdicional e a importância da mobilização dos magistrados em defesa de um Judiciário forte e de melhores condições de trabalho.

Foto: Divulgação AMB

Ministro Peluso recebe apoio da magistratura

Na ocasião, o presidente interino da AMC, juiz Sérgio Luiz Junkes, cobrou da direção da AMB informações sobre qual a estratégia que estaria sendo adotada pela entidade em torno da recomposição dos subsídios e do adicional por tempo de serviço.

Magistrados e deputados debatem sobre o sistema judicial

A Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) promove, no dia 20 de junho, às 10h30min, no auditório da AMC/ESMESC, em Florianópolis, uma reunião de trabalho junto com o Fórum Parlamentar Catarinense, formado pelos 16 deputados federais e os três senadores, que representam Santa Catarina no Congresso Nacional.

Além de um debate sobre o aperfeiçoamento do sistema judicial, integram a pauta do encontro temas de interesse da magistratura, tais como a recomposição dos subsídios e o adicional por tempo de serviço.

O evento foi acertado na semana passada, durante um encontro em Brasília entre o presidente em exercício da AMC, juiz Sérgio Junkes, e o coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, deputado Edinho Bez (PMDB). "Será um evento de extrema relevância para a magistratura catarinense, que terá uma oportunidade única para expor aos nossos representantes na Câmara e no Senado os anseios da classe. Entendemos que é fundamental intensificarmos o diálogo com a classe política, sensibilizando-a para a necessidade de valorizar cada vez mais o trabalho desempenhado pelos nossos juízes. Em resumo, temos como objetivo apresentar os nossos argumentos e pedir apoio aos nossos parlamentares nas matérias que tramitam no Congresso e que são de interesse da magistratura", salientou Junkes.

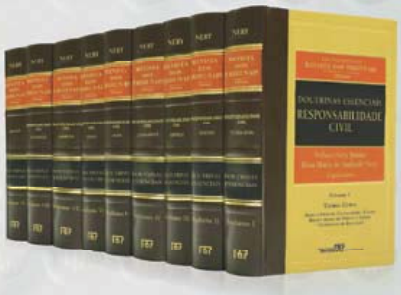
Fórum

O deputado federal Edinho Bez (PMDB) assumiu a coordenação do Fórum Parlamentar Catarinense no dia 20 de março deste ano, representando a bancada estadual no Congresso, que conta com 16 deputados federais e três senadores.

Entre as missões do Fórum estão a de defender os interesses do Estado junto ao Congresso Nacional e garantir que os recursos empenhados no Orçamento da União sejam aplicados em Santa Catarina.

LANÇAMENTOS RT

RESPONSABILIDADE CIVIL
DOUTRINAS ESSENCIAIS
NELSON NERY JUNIOR E ROSA MARIA DE ANDRADE NERY
ORGANIZADORES

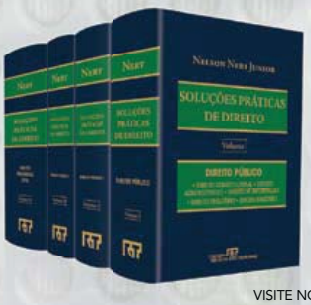


OBRA COMPLETA
9 VOLUMES DE LUXO
PARA SISTEMATIZAR O PERMANENTE E O PRÁTICO.
Mais de 450 doutrinas selecionadas.

Preços imbatíveis Consulte-nos
Entrega gratuita para todo Estado.

SOLUÇÕES PRÁTICAS DE DIREITO
NELSON NERY JUNIOR

OBRA COMPLETA
4 VOLUMES DE LUXO
PARA SISTEMATIZAR O PERMANENTE E O PRÁTICO.
MAIS DE 4.000 PÁGINAS



VISITE NOSSO HOT SITE
www.rt.com.br/solucoes

NOSSA CAASC Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina

FLORIANÓPOLIS • Centro
Rua Prefeito Osmar Cunha, 91
Tel.: (48) 3222-4241/3333-5656

FLORIANÓPOLIS • Sede OAB • Agronômica
Avenida Beira Mar Norte, 4.860 • c/ estacionamento
Tel.: (48) 3239-3555 / 3239-3528

BLUMENAU • Centro
Rua XV de Novembro, 1.502
Tel.: (47) 3322 2905

CHAPECÓ • Sede OAB • Centro
Rua Marechal José Bormann, 613 E • Sala 01
Tel.: (49) 3324-6364 / 3323-8092

CRICIÚMA • Centro
Av. Getúlio Vargas, 465 • Sala 01
Tel.: (48) 3439-3226

JOINVILLE • Centro
Rua Alexandre Doehler, 348 Loja 02
Tel.: (47) 3422-1048/6987

Agenda do presidente

Confira alguns dos compromissos da agenda do presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), juiz Paulo Bruschi, no mês de maio.

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
1	2 Expediente da AMC.	3 17h - Sessão de Posse da Dep. Ada de Lucca no cargo de Secretária da Secretaria da Justiça e Cidadania. Local: OAB/SC.	4 **9h -** Tribunal Pleno. Local: TJ/SC. **A tarde, expediente AMC.** **17h - Solenidade de Posse dos Des. Nelson Maia Peixoto e Gerson Cherem II no cargo de juiz Efetivo do TRE, na Categoria Juiz de Direito.**	5 Etapa Regional do Plano Plurianual de Investimentos (PPA 2012-215). Local: Criciúma/SC.	6 Etapa Regional do Plano Plurianual de Investimentos (PPA 2012-215). Local: Tubarão/SC.	7
8	9 Expediente da AMC.	10 14h30 - O presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), juiz Paulo Ricardo Bruschi, participa de reunião com Reitor da Unisul, presidente do TJ/SC e presidente da Academia Judicial. Local: Gabinete do presidente do TJ/SC.	11 **16h - O presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), juiz Paulo Ricardo Bruschi, participa de reunião do Conselho do Instituto Crack Nem Pensar. Local: Sala diretora da RBS TV.**	12 Expediente da AMC.	13 Expediente da AMC.	14
15	16 Expediente da AMC.	17 Expediente da AMC.	18	19	20 Assume interinamente o cargo o 1º vice-presidente da AMC, juiz Sérgio Luiz Junkes. O juiz Paulo Ricardo Bruschi, presidente da entidade, fica afastado no período 20 de maio a 8 de junho, em motivo de férias.	21
22	23 O presidente interino, juiz Sérgio Luiz Junkes, participou da abertura do lançamento da Campanha Adoção – Laços de Amor. Local: Assembléia Legislativa de SC.	24 Expediente da AMC.	25 Expediente da AMC.	26 Expediente da AMC.	27 Expediente da AMC.	28
29	30 Expediente da AMC.	31 Expediente da AMC.				

ADOÇÃO

No dia 23 de maio, o presidente em exercício da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), juiz Sérgio Luiz Junkes, participou da abertura do lançamento da Campanha Adoção – Laços de Amor, realizada no Plenário Deputado Osni Régis da Assembléia Legislativa de Santa Catarina. O programa é uma parceria do Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC), Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral de Justiça e Poder Legislativo. A mobilização acontecerá até dezembro deste ano com o objetivo de reduzir o número de abrigados em instituições do Estado.

Foto: Assembléia Legislativa de SC

PPA

Divulgação

O presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), juiz Paulo Ricardo Bruschi, acompanha as etapas regionais do Plano Plurianual de Investimentos (PPA 2012-2015) com grande satisfação. No dia 6 de maio, em Tubarão, ele comentou que a iniciativa do Tribunal de Justiça em abrir espaço para magistrados e servidores de 1º grau participarem da definição de prioridades e investimentos do Judiciário, é muito bem vista pela categoria que representa. "Os magistrados se sentem prestigiados ao serem ouvidos pela administração, oportunidade em que podem expor suas carências e participar de forma efetiva da construção do Judiciário do futuro", afirma.

Bruschi garante que, no contato com os juízes, tem percebido total aprovação aos encontros regionais. "Podemos considerar que este momento é histórico para o Poder Judiciário de Santa Catarina", resume o presidente da AMC. O presidente diz que, em regra, o sentimento dos juízes é de distanciamento do centro das decisões - o Tribunal de Justiça -, porém, os encontros regionais, assevera, conseguem reverter essa impressão e aproximar a magistratura de 1º grau da administração central. Ele espera que a iniciativa do presidente, José Trindade dos Santos, tenha seqüência nas próximas administrações da Justiça em Santa Catarina.

ALMA FEMININA

Cuide da sua beleza enquanto dorme

Dicas para melhorar o bem-estar

Ter cuidados de beleza é fundamental para manter a pele jovem e bonita. Durante a noite é melhor ainda: além de proporcionar bem-estar, é o momento que nossa pele está mais preparada para receber os produtos. À noite, o metabolismo das células da pele aumenta e, por isso, ela absorve os nutrientes melhor que em qualquer outro período do dia. Portanto, se você ainda não possui o hábito de fazer um ritual de beleza antes de se deitar, veja aqui algumas dicas para melhorar seu bem-estar e sua beleza.

Fotos: Divulgação

Graças aos avanços da indústria cosmética, é possível tratar do corpo, rosto e cabelo enquanto você desfruta de suas horas de sono. Confira a seguir o que você pode fazer em prol da sua beleza durante o sono para comece seu dia muito mais disposta e bonita!

Rosto

A limpeza do rosto é fundamental. Quando a pele está limpa, ela está apta a receber os nutrientes com mais eficiência. Tonificar também é importante para eliminar aquela sujeirinha que o sabão não eliminou. Por fim, o hidratante noturno. Prefira produtos que estimulam o colágeno, além de antioxidantes como vitamina C, ácido retinóico e glicólico.

A produção de gordura da pele se intensifica pela noite. Se sua pele é oleosa, use um creme para diminuir os poros e controlar a oleosidade. Se você tem facilidade para cravinhos, tenha também um esfoliante suave para estimular a saída deles e prevenir o aparecimento de novos.

Olheiras

Use cremes específicos para olheiras na região dos olhos para amenizar a aparência pela manhã.

Lábios

Aproveite a noite para manter os lábios hidratados e evitar as rachaduras.

Corpo

Aplique um bom hidratante no corpo inteiro antes de ir para cama. Melhor ainda se o creme unir princípios da aromaterapia: assim, você consegue acalmar a mente ao mesmo tempo em que hidrata o corpo.

Mãos

Depois de um dia inteiro de trabalho — expondo as mãos a vários produtos e até ao sol —, o melhor momento para cuidar das mãos é à noite, uma vez que elas vão ficar em repouso sem precisar serem lavadas. É durante a noite que os ingredientes irão agir sobre a pele. Portanto, use bons hidratantes nas mãos e não se esqueça de hidratar as unhas.

Pés

Não se esqueça dos pés: a noite é a melhor hora de hidratar os pés. Prefira cremes específicos rico em uréia (ativo com alto poder de hidratação).

Bronzeado

Se você quer ficar longe da brancura, conte com a ajuda dos autobronzeadores. Mas para que o resultado fique perfeito e o produto não meleque seu lençol, é essencial que você espalhe o autobronzeador de maneira uniforme. Espere 20 minutos e vista seu pijama. Em seguida, vá tranquila para cama, certa de que acordará com outro visual.

Cabelo

Existem várias marcas de leave-in noturno para hidratar o cabelo enquanto dormimos. Esses produtos contêm agentes que recuperam, nutrem e protegem as fibras capilares das agressões sofridas durante o dia. O produto pode ser aplicado sobre os fios úmidos ou secos (os cabelos não fica sebosos). E pode ficar despreocupada: o creme não mancha a fronha do travesseiro.

Dormir bem já é um embelezador natural, e essas dicas podem melhorar ainda mais sua auto-estima e bem-estar.

Fonte:http://belezaesaude.dae.com.br/cuidados-beleza-dormir

Para viver mais, mulheres precisam dormir bem

Pesquisa aponta que 6,5 a 7,5 horas de sono por dia são suficientes

Uma noite de sono bem dormida é o que pode garantir às mulheres mais anos de vida. A conclusão é de um estudo realizado na Universidade da Califórnia (EUA), que diz que o tempo de descanso para elas não deve ser menor do que seis horas nem maior do que oito.

Para chegar aos resultados, a equipe do psiquiatra Daniel F. Kriple analisou um levantamento realizado entre 1995 e 1999, que monitorou 459 mulheres de 50 a 81 anos. Após 14 anos, as mesmas mulheres foram reavaliadas, porém 86 haviam morrido. Com os questionários em mãos, os cientistas descobriram que a média de sono das mulheres que ainda estavam vivas era entre 6,5 e 7,5 horas/noite. Diferente das demais, que ou passavam mais tempo na cama ou tinham insônia. Durante a pesquisa, a equipe descobriu ainda que entre as mulheres mais velhas a apneia - parada respiratória durante o sono - não aumenta o risco de mortalidade.

Fonte:http://veja.abril.com.br/noticia/saude/mulheres-para-uma-vida-mais-longa-basta-dormir-o-suficiente

A MARCHA

LUIZ GUILHERME MARQUES*

Talvez a maior falha na educação das crianças, adolescentes e jovens seja a omissão em orientá-los para o ideal da Cidadania, que representa o conjunto de direitos e deveres de cada cidadão em relação a cada um dos demais e à coletividade.

Assim é que muitas pessoas aprendem a viver seu "pequeno mundo" de interesses pessoais (ou familiares, na melhor das hipóteses), mesmo quando desempenham um trabalho que tem características de utilidade pública.

A falta de "espírito público" marca grande parte dos cidadãos, inconscientes quanto à mentalidade sadia que não aprenderam no lar, na escola e no trabalho.

Cada um, dentro das suas possibilidades, da área de influência e dos talentos que possui, pode contribuir para a felicidade geral.

Como magistrado da área cível, tenho procurado dirimir conflitos que chegam à minha mesa de trabalho, propiciando oportunidade para acordos entre os litigantes. Todavia, isso faz parte do meu trabalho profissional, pelo qual sou remunerado e essa contribuição representa mero dever.

Como cidadão, porém, cabe-me fazer além, e, por isso, fico no aguardo da instalação da APAC de Juiz de Fora para começar a atuar na recuperação de condenados a penas privativas de liberdade, em trabalho voluntário, conforme me cobra a consciência de Cidadania.

Enquanto isso e, independente de qualquer outra circunstância, entendo-me no dever de contribuir de outra forma para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, qual seja escrevendo sobre temas relacionados ao Direito, Psicologia, Filosofia, Política e Religião.

Assim é que, tendo-se realizado a famosa "marcha pela liberação da maconha", e pretendendo-se realizar outras de igual teor, entendi que deveria escrever sobre o assunto.

Não viso, com este artigo, analisar o tema pelo lado jurídico, mas apenas apresentar algumas ponderações, que podem ajudar principalmente os cidadãos que utilizam a referida droga e acham que sua liberação é a "solução" para suas vidas.

A utilização de drogas chamadas "ilícitas", tabaco e bebidas alcoólicas é tema de estudo de pesquisadores de vários setores do Conhecimento. Alguns opinam em um sentido e outros no sentido contrário, cada qual apresentando um rol de argumentos, fundamentos e justificativas.

Entretanto, sem a necessidade de ser profundo conhecedor do assunto, mas baseado no bom senso e na experiência de vida, pode-se reconhecer que, por trás da aparente "necessidade" do uso de drogas, fumo e bebidas alcoólicas, existem a ansiedade, a inquietação, a insatisfação consigo próprio, os dramas de consciência, a insegurança, a carência afetiva e um tanto de outros fatores psicológicos.

O fato de serem liberados o uso do fumo e das bebidas alcoólicas tem feito com que muita gente venha se envenenando paulatinamente sem repressão da Justiça, praticando o autocídio sob o manto da legalidade.

Quanto ao impedimento do uso das drogas "ilícitas" trata-se de mera Política Criminal, na verdade não passando da forma como, em um determinado momento, o legislador federal entende convir mais à coletividade.

A solução, porém, para esses casos de desacertos psicológicos não é o entorpecimento do psiquismo, seja com a utilização das drogas "ilícitas", seja do álcool ou a "relativa tranquilização" pelo tabaco.

Na verdade, se cada um não enfrentar seus "fantasmas interiores" através de tratamento adequado, propiciado pelos profissionais da Psicologia e da Medicina, além das atividades físicas adequadas e engajamento em projetos sociais (estes últimos cobrados pela Política, pela Religião e pela Filosofia), não será a mera "entrega" às drogas, à bebida e ao fumo que irá trazer a serenidade tão procurada.

Movimentos do teor da referida "marcha" carregam a ideia da Liberdade como lema, mas trata-se, realmente, da liberdade com "l" minúsculo, que não pode ser levada em conta, tanto quanto a recusa de determinadas pessoas à transfusão de sangue por motivos religiosos. Nesses casos específicos, a transfusão é feita quer o paciente concorde quer não.

A Liberdade com "l" maiúsculo que devemos defender é aquela de interesse mais amplo, que coloca os cidadãos como propugnadores da Democracia, em favor das Nobres Causas de interesse da coletividade.

Defender o direito de viver contrariamente às regras da Saúde e de incentivar outros a esse precário estilo de vida é pensar "pequeno" demais para um cidadão, que deve ocupar-se de Grandes Causas.

Por isso, com todo respeito aos defensores desse tipo de ideologia, não há como entender que devam ser prestigiados no seu propósito de sair às ruas propagando tamanha impropriedade, para não dizer, despautério.

Auxiliemo-los a entender que a alegada "solução" representa mera forma de tentar enganar-se e tentar enganar os outros. Deve-se priorizar, todavia, seu tratamento adequado, pelos recursos combinados da Ciência, Política, Filosofia e Religião.

Acredito ter cumprido, aqui e agora, um dever de cidadão, manifestando minha opinião sobre esse assunto tão importante e que tem confundido muitos jovens e até adultos, que podem fazer muito em benefício da sociedade.

*** JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE JUIZ DE FORA – MG**

Curso de Preparação para a Magistratura

Abertas as inscrições para a Prova de Ingresso nos Módulos I e II de1º junho a 06 de julho de 2011

INSCREVA-SE

Prova de Ingresso no Módulo I
Florianópolis e Joaçaba

Inscrições:

Para as turmas da Capital:
das 13h às 20h
na sede da AMC/ESMESC
Rua dos Bambus, nº 116
Itacorubi - Florianópolis/ SC
CEP: 88034-57
Fone (48) 3231 3045

Extensão de Joaçaba:
das 8h às 11h e das 14h às 17h
Secretaria do curso de Direito
UNOESC - Rua Getulio Vargas, 212
Bloco V - Flor da Serra
Joaçaba/ SC
CEP: 89600-000
Fone (49) 35512038

Prova de Ingresso no Módulo II
Florianópolis e Criciúma

Inscrições:

Para as turmas da Capital:
das 13h às 20h
na sede da AMC/ESMESC
Rua dos Bambus, nº 116
Itacorubi - Florianópolis/ SC
CEP 88034-57
Fone (48) 3231 3045

Extensão de Criciúma:
das 8h às 12h e das 14h às 22h
recepção da Pós-Graduação/UNESC
bloco P- sala 1
Av. Universitária, 1105
Bairro Universitário - Criciúma/ SC
CEP 88806000
Fone (48) 3431 2626

Visite o site da ESMESC e conheça a grade curricular dos Módulos

Telefones: (48) 3231-3041 - (48) 3231-3037- Site: www.esmesc.org.br

ESMESC
Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina